

SUMÁRIO

1

COMPLIANCE (CONFORMIDADE) DE DADOS PESSOAIS PARA MICROEMPRESAS: AUTORREGULAÇÃO REGULADA E REQUISITOS PARA EFETIVIDADE 17

Tarcisio Teixeira | André Pedroso Kasemirski

Introdução.....	17
1. Empresa e <i>compliance</i> : do conceito clássico à autoregamentação regulada.....	19
1.1. Conceito e perfis da empresa	20
1.2. Conceito e evolução histórica do <i>Compliance</i>	22
1.3. <i>Compliance</i> de dados: Autorregulação regulada e plasticidade da LGPD	27
2. Requisitos para efetividade do <i>compliance</i> de dados.....	34
2.1. Comprometimento, imparcialidade e avaliação.....	35
2.2. Riscos da atividade, código de ética e treinamentos.....	40
2.3. Monitoramento, canais de comunicação e apuração de condutas.....	42
Considerações finais	45
Referências bibliográficas.....	48

2

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) E DATA MAPPING (MAPEAMENTO DE DADOS): DESAFIOS, PERSPECTIVAS E COMO SE ADEQUAR À NOVA LEI NA PRÁTICA 51

Tatiana Kolly Wasilewski Rodrigues

Introdução	51
1. Os direitos tutelados pela Lei Geral de Proteção de Dados.....	54

2. Os principais riscos de não se adaptar à LGPD	57
3. Importantes ferramentas de adequação a LGPD	61
3.1. <i>Compliance</i>	62
3.2. Boas práticas de governança.....	63
3.3. Gerenciamento de riscos.....	65
3.4. Plano emergencial para incidente de vazamento de dados ...	66
4. Mapeamento de fluxo de dados pessoais e LGPD: como iniciar o tratamento de dados com segurança na prática	67
4.1. Como elaborar um mapeamento	70
Considerações finais	71
Referências bibliográficas.....	73

3

BOAS PRÁTICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA NA ÓTICA DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS 79

Claudia da Rocha

Introdução	79
1. Conceito e origem da governança corporativa.....	81
1.1. Princípios básicos da governança corporativa	86
2. Boas práticas, governança corporativa e a Lei Geral de Proteção de Dados	88
3. Pilares para a instalação de sistema que observe as boas práticas e a governança corporativa	97
Considerações finais	101
Referências bibliográficas.....	103

4

GERENCIAR RISCOS PARA PROTEGER DADOS PESSOAIS: ANÁLISE DE ACORDO COM A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS..... 105

Robson Fernando Sebold

Introdução	105
------------------	-----

1. Lei geral de proteção de dados: contextualização.....	108
2. Obrigatoriedade de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados ...	113
3. Gestão de riscos para proteção de dados de acordo com a LGPD....	118
3.1. Gestão de riscos	118
3.2. Gestão de riscos e LGPD: <i>compliance</i> e segurança no tratamento de dados	120
3.3. Implementação da gestão de riscos para proteção de dados...	125
Considerações finais	133
Referências bibliográficas.....	134

5

A IMPORTÂNCIA DO PLANO EMERGENCIAL DE INCIDENTE DE VAZAMENTOS DE DADOS DIANTE DE UM CENÁRIO EXTREMAMENTE INCERTO 137

Larissa Leandro Lara

Introdução.....	137
1. Cenário de hoje	139
2. Plano emergencial para incidente de vazamento de dados.....	146
2.1. <i>Privacy by design</i> na LGPD	155
3. Responsabilidade social empresarial.....	160
Considerações finais	163
Referências bibliográficas.....	164

6

ARQUITETURAS DE CONTROLE PREVISTAS NA LGPD E SUA APLICAÇÃO ÀS INTELIGÊNCIAS ARTIFICIAIS 169

Rodolfo Ignácio Aliceda

Introdução	169
1. LGPD no contexto das fases de regulação da internet.....	171
1.1. Fases de regulação na internet	173

1.2. Lei Geral de Proteção de Dados e arquitetura de controle....	179
2. Aspectos importantes da LGPD	182
2.1. Consentimento e legítimo interesse na Lei Geral de Proteção de Dados	188
3. Inteligência artificial	191
3.1. Arquitetura de controle e termos de uso.....	195
3.2. Legítimo interesse do controlador e IOT (internet das coisas)	199
Considerações finais	200
Referências bibliográficas.....	201

7

A DECLARAÇÃO DE DIREITOS DE LIBERDADE ECONÔMICA E A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS: A PONDERAÇÃO ENTRE PROTEÇÃO E LIBERDADE..... 205

Tarcisio Teixeira | Rodolfo Ignácio Aliceda

Introdução	205
1. Livre iniciativa e liberdade econômica.....	207
1.1. Declaração de direitos de liberdade econômica	214
2. A proteção de dados na realidade econômica	223
2.1. Lei geral de proteção de dados e Marco Civil da Internet...	229
3. Liberdade econômica e proteção de dados	232
Considerações finais	236
Referências bibliográficas.....	238

8

A NOVA LEI DE FRANQUIAS NO CONTEXTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS..... 241

Rennan Herbert Mustafá

Introdução	241
------------------	-----

1. Disposições gerais sobre o sistema de franquia empresarial.....	243
2. Circular de oferta de franquia.....	251
3. Tratamento de dados pessoais no contexto da Lei Geral de Proteção de dados.....	255
4. Mecanismos para adequação à LGPD	261
Considerações finais	264
Referências bibliográficas.....	266

9

A EMPRESA E O ALCANCE TERRITORIAL DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS..... 269

Francisco Luís Hipólito Galli

Introdução	269
1. A empresa.....	272
2. Dados pessoais e privacidade	280
2.1. Da produção de dados à proteção da privacidade.....	280
2.2. Alterações no direito à privacidade.....	288
3. O contexto normativo de proteção de dados no Brasil e seu alcance (extra)territorial	297
Considerações finais	305
Referências bibliográficas.....	306

10

PROTEÇÃO DE DADOS E DIREITOS HUMANOS: EXTRATERRITORIALIDADE E A SOBERANIA DE UMA CARTA DE DIREITOS DA INTERNET 309

André Pedroso Kasemirski

Introdução	309
------------------	-----

1. Direitos humanos e direitos fundamentais: os fundamentos da proteção de dados pessoais.....	311
1.1. A compreensão dos direitos humanos sob o prisma do direito internacional	312
1.2. Direitos humanos (ou) fundamentais.....	316
2. Dados transfronteiriços, extraterritorialidade e transferência internacional.....	323
2.1. A tutela da privacidade na era da <i>Big Data</i>	327
2.2. Transferência internacional na LGPD e no GDPR	333
2.3. Extraterritorialidade e carta dos direitos da internet	337
3. Considerações finais	343
Referências bibliográficas.....	344

11

TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS ENTRE BRASIL E EUA: A COMPATIBILIDADE DO SISTEMA JURÍDICO AMERICANO DE PROTEÇÃO DE DADOS E A LGPD 349

Eduardo Bueno Rodrigues

Introdução.....	349
1. A globalização e os desafios do fluxo de dados internacional no uso da internet	351
2. A cooperação internacional na troca de dados entre Brasil e EUA: os desafios do MLAT	360
3. Os fundamentos para adequação à transferência internacional de dados pessoais na LGPD	365
4. O complexo sistema jurídico de proteção de dados dos EUA e a adequação à LGPD.....	371
Considerações finais.....	385
Referências bibliográficas.....	386

12

RELEITURA DO PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE NO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO NA VIGÊNCIA DA LGPD 391

Fernando Ono Martins

Introdução.....	391
1. Um mundo em transformação pelos dados.....	393
2. Proteção dos dados pessoais: dever de sigilo dos agentes de tratamento.....	397
3. O poder público e a proteção de dados.....	401
3.1. Componentes do poder público brasileiro	402
3.2. Os regimes jurídicos do poder público.....	405
3.3. Releitura do princípio da publicidade sob a égide da LGPD nas relações do poder público	408
Considerações finais	412
Referências bibliográficas.....	413

13

A SEGURANÇA E SIGILO DE DADOS DA LEI N. 13.709/2018 APLICADA À PROPAGANDA PARTIDÁRIA E ELEITORAL NA INTERNET..... 415

Fujie Kawasaki

Introdução	415
1. Do direito à privacidade, intimidade e vida privada	416
1.1. Intimidade e vida privada	418
1.2. Autodeterminação informativa	420
2. A lei de proteção de dados pessoais	421

2.1. Escopo de aplicação e conceitos legais.....	423
2.2. Sujeitos identificados na lei e seus direitos e deveres.....	425
2.3. Dados pessoais sensíveis e seu tratamento	427
2.4. A responsabilidade civil na LGPD	431
3. Os partidos políticos.....	434
3.1. Propaganda eleitoral na internet e incidência da LGPD	434
3.2. Cessão de dados pessoais a partidos políticos	435
3.3. Dados pessoais sensíveis e eleições.....	438
Considerações finais	439
Referências bibliográficas.....	440

14

O CASO FORTUITO COMO EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE CIVIL E ADMINISTRATIVA NA LGPD 441

Patrícia Gasparro Sevilha Greco

Introdução	441
1. O panorama sancionatório na LGPD	444
2. O sistema sancionatório na GDPR e comparativos ao da LGPD.....	452
3. A responsabilidade prevista na LGPD.....	460
4. O caso fortuito, o sistema sancionatório e a responsabilidade na LGPD	472
Considerações finais	476
Referências bibliográficas.....	477